

# Educação física escolar: inclusão, equidade e competição - conceitos e ações

Bruno Baltazar dos Reis Gomes<sup>1</sup>  
Cláudio Luiz Neves Júnior<sup>2</sup>

---

**Resumo:** As competições, sempre estão presentes nas nossas vidas e a inclusão do deficiente nas competições é um desafio. Os objetivos desse estudo são: analisar se o deficiente tem oportunidade de participar de jogos e competições representando sua escola, avaliar o conhecimento dos professores de educação física sobre o termo equidade e quantificar segundo os mesmos a participação de alunos deficientes em competições livres e para deficientes. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado aplicado aos professores de educação física efetivos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e que atuam no mínimo há 1 ano na cidade de Araxá – MG. A análise estatística das respostas ao questionário permitiu observar que os professores tem conhecimento sobre o que significa equidade, mas não procuram participar de competições específicas para deficientes e que a equidade não é adotada na formação das equipes que representam suas escolas.

**Palavras chave:** Competição. Equidade. Inclusão.

---

## Introdução

A Educação Física é compreendida como disciplina escolar obrigatória e integrada à proposta pedagógica da escola (OLIVEIRA, 2002).

A Educação física escolar está presente nas grades curriculares das escolas e colégios públicos e particulares como uma disciplina obrigatória e de suma importância, tendo seu valor e conteúdo como qualquer outra disciplina.

Oliveira (1994) define a educação física como um elemento conectado ao homem como expressão artística e científica, proporcionando desenvolvimento integral:

A arte e a ciência do movimento humano que, através de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos, renovando-os e transformando-os no sentido de sua auto realização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade mais justa e livre (OLIVEIRA 1994, p.75).

---

<sup>1</sup> Aluno de graduação do curso de Educação Física do UNIRAXÁ.

<sup>2</sup> Mestre. Professor do curso de Educação Física do UNIRAXÁ.

Dentro do trabalho e desenvolvimento da educação física escolar, encontramos a competição. As competições escolares sempre estarão no cotidiano da escola e dos professores de educação física e em nossas vidas. Atualmente temos uma grande discussão quanto à inclusão dos deficientes nas aulas de educação física e nas competições escolares, que até então eram direcionados apenas para as pessoas ditas “normais”.

Darido et al. (2001, p.21) afirma que “uma Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, com perspectivas educacionais realmente voltadas para a formação do cidadão precisa ter um olhar direcionado para a inclusão”.

Ainda, nas aulas de educação física a participação de deficientes é restrita por que nem todos os profissionais da área escolar tiveram disciplinas na sua graduação voltadas para trabalhar e desenvolver atividades físicas para os deficientes, ou seja, disciplinas como esportes adaptados, dificultando assim, ainda mais a inclusão do deficiente nas aulas de educação física escolar.

Atualmente os deficientes estão saindo de suas casas e frequentando as escolas e colégios com pessoas ditas “normais”, não mais estudando apenas nas escolas especiais, e fica a dúvida: será que o professor de educação física está capacitado a trabalhar com essa nova população? E como oportunizar a esses deficientes que participem das aulas e dos times da escola que competem?

No que se refere, especificamente, às pessoas com necessidades especiais e aos cursos de Educação Física, assuntos ligados a este estudo, Cidade e Freitas (2002) afirmam que:

No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão (CIDADE e FREITAS, 2002, p. 27).

Hoje, o tema inclusão dos deficientes nas escolas, é um grande desafio a ser vencido pelos gestores e professores, porém nem todos tem capacidade para trabalhar com essas pessoas portadoras de algum déficit ou deficiência, a inclusão é a cada dia um ponto mais forte a ser discutido e aprimorado na sociedade, apesar da aceitação que vem numa crescente muito grande pela sociedade, a inclusão dos deficientes nos esportes e nas aulas de educação física ainda apresenta características de exclusão, pois nem todos têm as mesmas oportunidades, como representar sua escola em competições.

De acordo com Carvalho (1998) e Oliveira; Poker (2002), o paradigma da escola inclusiva pressupõe, conceitualmente, uma educação apropriada e de qualidade dada conjuntamente para todos os alunos nas classes do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente.

Para Cardoso (2003) a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas e níveis educativos.

Todos nós sabemos que hoje os deficientes têm os mesmos direitos, pois apesar das suas limitações conseguem entrar no mercado de trabalho, conseguem ter uma vida sustentável e muitas vezes independente.

Hoje a inclusão do deficiente na sociedade em geral e também nas escolas está sendo mais bem aceita comparada com períodos anteriores, alunos ditos “normais” e deficientes aprendem no mesmo espaço, com os mesmos professores. Sendo assim devemos nos conscientizar que a limitação de alguém não pode excluí-lo da sociedade, mas sim inclui-lo no cotidiano.

Esse estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento dos professores de educação física sobre equidade e a utilização desse termo, por parte desses professores, na formação das equipes que representam sua escola em competições, analisar se o aluno deficiente tem oportunidade de participar de jogos e competições representando sua escola em competições para deficientes e competições livres.

Portanto, apresentaremos a seguir os conceitos sobre os três elementos chaves desse estudo: inclusão, equidade e competição, sendo que abordaremos a inclusão educacional, o conceito de educação inclusiva, em seguida apresentaremos os conceitos de equidade, dentro dos aspectos jurídicos, da saúde e da promoção de saúde, por último abordaremos as competições, porém focando a competição na escola. Quando citamos as ações, nos referimos aos resultados ou respostas obtidas ao aplicarmos um questionário semiestruturado com os professores de educação física do ensino fundamental II, 6º ao 9º ano, das escolas urbanas da cidade de Araxá-MG, sobre a utilização da equidade na seleção de seus alunos/atletas que representam sua escola em competições, e a participação dos deficientes em competições livres ou competições voltadas somente para participação de deficientes.

### **Desenvolvimento:**

#### **Inclusão Educacional:**

A educação inclusiva é a prática da inclusão de todos independentemente das suas diferenças, ou seja, de seu talento, deficiência (física, auditiva, intelectual - mental) origem socioeconômica, étnica ou cultural. Portanto, esta deve ser modificada, alterada, adaptada, para atender as diferenças encontradas ao seu público específico.

[...] a inclusão considera a inserção de alunos por meio de outro ângulo, isto é, aquele que reconhece a existência de inúmeras diferenças (pessoais, linguísticas, culturais, sociais etc.), e, ao reconhecê-las, mostra necessidade de mudança do sistema educacional que, na realidade, não se encontra preparado (BUENO, 1994, p.15).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998, p. 17), esperam que, na prática pedagógica, os professores tenham uma ação diferente dessa formação, recomendam que: “as políticas educacionais devem ser suficientemente diversificadas e concebidas, de modo que a educação não seja um fator suplementar da exclusão social”. Esses Parâmetros indicam, em seus objetivos, que os alunos do ensino fundamental devem ser capazes de:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1998, p.55).

Com base nos mesmos princípios teóricos educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1997) expressam, em seus objetivos gerais, a expectativa que os alunos sejam capazes de:

Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais (BRASIL, 1997, p. 43);

Participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais (BRASIL, 1997, p. 63);

Participar de atividades corporais, reconhecendo e respeitando algumas de suas características físicas e de desempenho motor, bem como as de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais (BRASIL, 1997, p. 71).

Conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corpórea, adotando uma postura não preconceituosa ou discriminatória por razões sociais, sexuais ou culturais (BRASIL, 1997, p. 72).

Mendes alerta sobre os riscos e perigos de uma ação inclusiva não planejada ou mal executada:

[...] a inclusão total (se entendida como a inserção de todas as crianças e jovens, independente do tipo grau de limitação, na classe regular, por tempo integral e sem qualquer outro tipo de apoio) é uma resposta muito simplista e equivocada a um tema demasiadamente

complexo, e que, se caracteriza no momento por uma confiança excessiva na retórica e pela falta de evidências científicas. É muito mais uma questão de crença, ou *religião* do que de ciência (MENDES, 1999, p.18).

Inúmeros e complexos são os desafios à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Por inclusão estamos nos referindo ao acesso, ingresso e permanência desses alunos em nossas escolas como aprendizes de sucesso e não como números de matrículas ou como mais um na sala de aula do ensino regular. Referimos à sua presença integrada com os demais colegas, participando e vivendo a experiência de pertencer (ROSS, 2000).

Portanto, temos que ter consciência de que a inclusão social e também educacional, não é simplesmente o fato de oportunizar que o aluno possa participar junto com os alunos ditos “normais”, mas sim que esse aluno deficiente receba subsídios para que ele possa receber as mesmas oportunidades equivalentes aos seus limites ou limitações. Ou seja, a escola deve ser preparada para receber e atuar com uma população diversificada. Gestores, professores, funcionários, pais, devem ser capacitados, orientados, auxiliados, para atuarem, auxiliarem e promoverem educação de qualidade e inclusiva.

A escola é apenas uma das células da rede social de inclusão do deficiente. Talvez seja uma das células mais importantes ou significantes, pois é uma das primeiras instituições sociais que geralmente nos associamos depois da família. E integração social dentro da escola, pode significar uma produção de elos fortalecidos para outras ações futuras para inclusão social dos deficientes.

### **Equidade:**

Segundo Larousse (1999) equidade é definida como o princípio da justiça fundamentada na igualdade, na conformidade do próprio conceito jurídico e em respeito aos direitos alheios. Caráter do que é feito com justiça e imparcialidade.

O conceito de equidade citado por Unglert (1980) a define como a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um, definido como sinônimo de igualdade.

A Equidade é considerada um princípio ético que instrumentaliza o direito a saúde e seu desenvolvimento foi fortalecido nas últimas décadas, em virtude do crescimento das desigualdades causadas, em sua maioria, pelas políticas neoliberais (ALMEIDA, 2002).

O Glossário Temático Economia da Saúde registra que Acessibilidade aos serviços de saúde é uma “possibilidade econômica ou geográfica, ou legal, ou cultural, ou organizativa que uma população possui para ser atendida em um serviço de saúde” (BRASIL, 2005, p.15).

O conceito de equidade segundo os autores não é mais do que um termo de equivalência, equiparação, próximo a igualdade de direitos, que se torna indiscutível, pois a desigualdade é um problema sério no Brasil, tanto em escolas como

em saúde pública, como em outros ramos. O que mais se destaca são questões como deficiências, sexo, raça, idade ou condições socioeconômicas, o que não pode ser obstáculo para a participação, fazendo com que se ofereça igualdade de oportunidade e direito a todos.

Nos últimos anos a equidade vem sendo discutida pelas políticas sociais, a luta para que a saúde seja um direito de todos vêm crescendo, ou seja, tornando um instrumento de justiça, para que todos os cidadãos tenham direitos e deveres iguais, tratando-os sem nenhuma discriminação ética, racial, sexual ou socioeconômica, priorizando as igualdades perante a saúde e a educação.

A equidade é um termo muito utilizado na Promoção de Saúde, que define o respeito a individualidade, onde os direitos e deveres devem ser estabelecidos e analisados, de acordo com as capacidades, limitações de cada indivíduo. Portanto, as escolas promotoras de saúde, devem ser parte dessa rede social em que devem trabalhar esse conceito de equidade, oportunizando aos seus alunos direitos e deveres, como no caso desse estudo, da participação em eventos esportivos competitivos, à todos os seus alunos, inclusive o direito de não querer participar, mas principalmente o de quem quer participar de competições possa fazê-lo efetivamente.

Portanto, temos que reconhecer igualmente o direito de cada um, como igualdade de competir, ou seja, que todos tenham a mesma condição e que seja oferecido de forma equivalente a todos, valorizando e respeitando a individualidade. A igualdade de participar é direito de todos os alunos nas aulas de educação física, sendo auxiliadas pelos professores e gestores da escola.

### **Competição na escola:**

A competição escolar ou qualquer outro tipo de competição estará sempre presente na vida de todos, desde a busca pelo primeiro trabalho, primeiro emprego no mercado de trabalho, a uma vaga para entrar na faculdade ou prestar algum concurso, cada indivíduo tem uma forma de entender competição, pode ser como forma de busca de resultado ou como forma de mostrar o seu trabalho, seu potencial, cada um irá adotar de uma forma, tendo seus valores positivos ou negativos.

Freire (1997, p.153) afirma que “ao invés de tentar eliminar o caráter competitivo dos jogos, os professores deveriam procurar compreendê-lo e utilizá-lo para valorizar as relações.” O autor acredita “ser mais educativo reconhecer a importância do vencido e do vencedor do que nunca competir”.

A competição é elemento fundamental do esporte, que dá sentido a sua existência, e é nela que a manifestação do esporte se realiza em sua plenitude.

Portanto, qualquer ação orientada para o ensino e aprendizagem do esporte não está desvinculada da necessidade de se aprender a competir. Seja nas aulas de Educação Física escolar (ensino formal) ou nas Escolas de Esportes ou Centros de Treinamento (ensino não formal) (SCAGLIA; MONTAGNER; SOUZA, 2001; SCAGLIA; GOMES, 2005).



Para Marzinek e Neto (2007), o esporte e a competição são fatores internos de motivação intrínsecos, como por exemplo: força de vontade, prazer em realizá-los e atingir objetivos durante uma aula de educação física.

Segundo Lovisolo (2001, p.109) “a competição que se expressa em ganhar e perder é a alma do esporte e creio, portanto, que se há atividade esportiva na escola, algum grau de competição estará presente”.

Já Castellani Filho afirma:

[...] desejamos que todo o conhecimento necessário à organização de um evento esportivo seja entendido como patrimônio da cultura corporal a ser estendida ao acervo cultural do aluno, de modo a permitir-lhe autonomia na realização de suas competições esportivas. Mais do que isso, perceberem-se capazes de realizarem seus jogos, ainda que não automática e mecanicamente, farão com que eles se sintam confiantes e sensíveis a possibilidade de chamarem para si a tarefa de resolução dos seus problemas, de todos eles, não só aqueles restritos ao universo esportivo (CASTELLANI FILHO, 2002, p. 62).

Segundo os autores acima, as competições, sejam elas, competições escolares ou qualquer outro tipo de competição tem os seus dois lados, positivo e negativo, positivo por trazer boas lembranças e alegria aos participantes, negativo por não participarem ficarem fora das atividades propostas, ou participarem e se sentirem inferiores, frustrados.

“Goste-se ou não, a competição e a concorrência são a alma e o grande motor do desporto e da vida” (2006, p. 14).

Competições em geral amadurecem os seus participantes tornando-os responsáveis e fazendo com que eles possam pensar antes de tomar qualquer atitude, você pensa não só em você, mas nos outros, nos seus companheiros, no adversário, pois do mesmo modo que você precisará deles, eles também precisarão de você e qualquer escolha precipitada pode trazer bons ou maus resultados. Ter o privilégio de estar em uma competição é uma oportunidade ímpar, oportunidade de ter aquela sensação da “adrenalina” correndo pelo seu corpo, por estar em uma competição.

Competições escolares geram várias discussões, tudo irá depender de como os professores abordam o tema, de como eles passarão para os alunos o significado da vitória e o significado da derrota, e a aceitação dos alunos, tudo tem que ser bem administrado pelos professores nas aulas de educação física.

Portanto, definimos que a competição deve existir também nas atividades escolares, sejam elas internas ou externas, pois fazem parte do contexto de formação e aprendizagem do indivíduo como conteúdo relevante da educação física escolar, mesmo porque, todos devem ter a oportunidade de participar de eventos competitivos: gincanas, jogos inter-classes, jogos estudantis, escolares municipais, regionais, estaduais, brasileiros entre outros. Sendo que os professores devem estar atentos a oportunizarem a todos os alunos sem exceção, tanto para os ditos “normais”, quanto para os alunos deficientes.

## **Metodologia:**

Esta pesquisa tem característica de pesquisa de campo, com abordagem quantitativa.

Pesquisa de campo consiste em compreender e explicar o problema pesquisado e segundo Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações, conhecimentos e respostas acerca de um problema detectado.

Para Sabino (1996, p.204) a análise quantitativa se efetua “com toda informação numérica resultante da investigação”, que se “apresentará como um conjunto de quadros, tabela e medidas”. Nesse estudo utilizamos gráficos.

Dos 30 (trinta) professores de educação física efetivos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental do 6º ao 9º ano, da zona urbana da cidade de Araxá – MG e que trabalham no mínimo há 1 ano, somente 19 (dezenove) professores de educação física são efetivos sendo que estes representam 63,33% da população dos professores de educação física que atuam nas escolas públicas e particulares, dos 19 (dezenove) professores convidados a participar desse estudo apenas 14 (quatorze =n) profissionais aceitaram participar da pesquisa, que representam 46,66% da população total do nosso estudo.

O Instrumento de pesquisa deste trabalho foi um questionário semiestruturado com dez perguntas abertas e fechadas.

A coleta de dados dessa pesquisa foi realizada nos meses de abril até agosto de 2012.

Os dados coletados foram analisados com estatística descritiva simples com valores absolutos, devido à pequena amostra desse estudo. Os resultados foram representados em gráficos. Para isso foi utilizado o aplicativo Excel 97-2003 do programa Windows XP residencial.

Este estudo foi submetido ao Colegiado de Ética em Pesquisa do Uniaraxá.

Antes de sua realização ela foi apresentada aos diretores das Instituições (Escolas) junto a uma carta de autorização, solicitando sua realização na Instituição em que eles administram.

Os sujeitos que concordaram em participar assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido declarando que estavam cientes dos objetivos desse estudo, autorizando e permitindo a coleta de dados e sua utilização na pesquisa e posterior divulgação.

## **Resultados e Discussão:**

Os professores disseram não ter nenhuma dúvida em relação às perguntas do questionário, sem maiores problemas para a coleta de dados.

A princípio questionamos aos participantes sobre já terem cursado algum curso de pós-graduação, pois acreditamos que lecionar, necessita de aperfeiçoamento e preparação constante, ainda mais quando abordamos a inclusão.



Dos 14 (quatorze) participantes, dez afirmaram já terem feito algum curso de pós-graduação e quatro participantes afirmaram não terem feito nenhum curso de pós-graduação (Gráfico 1).

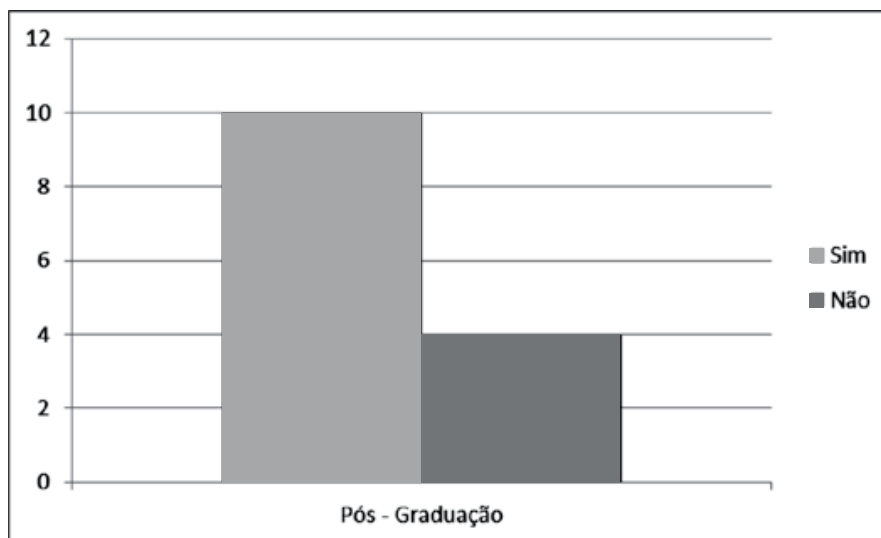


Gráfico 1 – Demonstrativo do número de professores que cursaram pós-graduação (Araxá, 2012).

A Pós – Graduação é de suma importância na formação de um acadêmico, oferece para os alunos um conhecimento aprofundado do que já foi visto ou não na sua graduação, o aluno que cursa uma pós – graduação tem maiores condições de desenvolvimento e atuação no mercado de trabalho, na educação física escolar, muitos professores não têm domínio para trabalhar com o aluno deficiente, pois nem todos os professores tiveram disciplinas específicas na sua graduação voltada para se trabalhar com alunos deficientes, disciplinas como Esportes Adaptados, por isso a especialização em uma área de interesse é de suma importância, pois o professor se sentirá seguro para ministrar aulas, a especialização na área de atividades físicas para pessoas com deficiência ou em outra área qualquer é muito relevante para boa atuação, com qualidade, de um profissional de educação física nas escolas.

Quando questionados sobre terem cursado disciplina voltada para atividades com deficientes em sua graduação, dez professores afirmaram ter cursado alguma disciplina com essas características, enquanto quatro professores afirmaram não terem nenhuma disciplina similar em suas graduações.

Para Cidade e Freitas (1997), os estudos da área de educação física adaptada ou especial, deveriam deixar os muros da universidade e se moverem para as escolas públicas onde estão os maiores problemas, tanto profissionais como sociais.

O que reafirma a necessidade dessas disciplinas em todos os cursos de formação de licenciatura em Educação Física do Brasil.

Todos os quatorze professores afirmaram já ter trabalhado com alunos com algum tipo de deficiência. O que reforça ainda mais o princípio de educação inclusiva, de que os alunos deficientes estão frequentando sim o ensino formal regular.

Será que os professores estarão capacitados a trabalhar com essa nova população? Já que o aluno deficiente está saindo de suas casas e frequentando as escolas públicas e particulares do ensino fundamental, a escola inclusiva é um desafio para todos os gestores envolvidos, cabendo aos professores procurarem capacitações para trabalhar com essa nova população.

Quando questionados sobre os alunos deficientes terem a oportunidade de participarem de competições representando suas escolas, sete professores disseram que seus alunos já participaram de eventos competitivos representando suas escolas, apontaram competições de atletismo e jogos internos, como gincanas e inter-classes. Os professores apontaram que os alunos participantes tinham as seguintes deficiências: auditiva, visual, física, déficit de atenção e paralisia cerebral. Da mesma forma os outros sete professores afirmaram que os alunos deficientes não participaram de eventos competitivos representando suas escolas, pois não há, segundo eles, eventos e competições adaptadas voltadas para eles.

Porém gostaríamos de salientar que nos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), existem provas e competições específicas voltadas para várias classificações de deficiências.

Entendemos que os professores que não participam de competições com seus alunos, assim o fazem por não buscarem informações e por não terem interesse já que competições estão por todos os lados no nosso cotidiano, competições livres e até mesmo competições voltadas para os deficientes.

O esporte pode trazer benefícios para o deficiente mostrando para ele que apesar da limitação ele pode participar e competir respeitando as suas limitações.

Questionamos aos professores participantes desse estudo se eles convidariam alunos deficientes para participarem de competições junto com colegas ditos “normais” representando suas escolas. Treze professores disseram que convidariam sim os alunos deficientes a fazerem parte da equipe da escola junto com alunos ditos “normais”, eles alegaram que fazer parte da equipe que representa sua escola é um direito dos alunos deficientes, qualquer que seja sua deficiência eles podem cooperar e fazer parte da equipe e que essa é uma maneira positiva de inclui-los na sociedade. Apenas um professor afirmou que não convidaria um aluno deficiente para compor a equipe com alunos ditos “normais” para representar sua escola, pois ele alega que isso não é algo comum para nossa cultura.

Então, se abre a discussão por que não se vê os alunos deficientes em competições escolares e competições livres? Já que treze dos quatorze professores dizem que é um direito deles. Não se vê esses alunos jogando junto com os alunos “normais”. Por que os professores não os convocam para os times que representam as escolas? Então a inclusão do aluno deficiente é feita apenas no papel, não na prática? Os alunos deficientes têm os mesmos direitos e deveres iguais a todos os cidadãos.

Portanto, chegamos em um ponto polêmico que abre margem para grande discussão, sobre o direito de participarem juntos, alunos ditos “normais” e alunos deficientes em uma mesma equipe representando suas escolas em competições. Mas, não será esse um dos propósitos e objetivos das aulas de educação física, trabalhar, ensinar e saber respeitar as diversidades?

Será que existe um preconceito arraigado na formação ou forma de atuação de nossos professores e por isso não convocam alunos deficientes para participarem das equipes que representam suas escolas? Ou será que a educação física escolar ainda valoriza mais o resultado final dos jogos do que a formação de um indivíduo qualquer, deficiente ou não?

Devemos repensar os objetivos da educação física escolar, nossas ações e atitudes perante pais, alunos, gestores escolares e a sociedade em si. Devemos refletir sobre a utopia, a realidade e o que realmente fazemos, agimos para que os sonhos se tornem realidade.

Indagamos aos participantes de nosso estudo se eles procuram participar de eventos competitivos voltados para deficientes, todos responderam que não buscam participar de eventos competitivos específicos para deficientes, alegando que não vem necessidade de agrega-los a atividades específicas, disseram também que a cidade não promove eventos desse gênero e que desconhecem esses tipos de competições específicas para deficientes no âmbito escolar.

Na questão anterior os professores responderam que convidariam sim um aluno deficiente para participar de competições junto com alunos “normais”, então por que nesta questão eles não convidam o aluno deficiente para participar de competições específicas voltada apenas para os deficientes? Será por falta de conhecimento dessas competições? Falta de interesse de eles próprios levarem seus alunos? Pelo trabalho que eles tenham com essas pessoas ou também por “má vontade” dos próprios professores em buscar algo novo para seu aluno deficiente? Ou será que esses profissionais pensam que não têm essa responsabilidade? Que talvez essa responsabilidade deva ser assumida por outras instituições e outros profissionais.

A educação física escolar sempre é marginalizada e quando temos a oportunidade de nos valorizarmos e sermos pioneiros efetivamente nas ações de inclusão educacional, pecamos!

Relembramos que os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) têm competições específicas para deficientes.

Todos os participantes desse estudo foram unânimes em afirmar que os principais critérios para selecionar os alunos que participarão da formação das equipes que representam suas escolas, são condições de melhor qualidade técnica e habilidade para cada modalidade esportiva, além de comportamento e desempenho escolar.

Para os professores de educação física os métodos de escolha dos times que representam as escolas são de forma exclusiva, pois aqueles que não se enquadram nos critérios adotados pelos professores não tem condições de participar de competições representando os times de suas respectivas escolas, sendo que só podem participar aqueles que são bons jogadores.

Em seguida, questionamos nossos participantes sobre conhecerem o termo equidade, sendo que treze professores afirmaram conhecer o termo e o definiram de forma semelhante aos conceitos já apresentados. Apenas um professor alegou desconhecer esse termo (Gráfico 2).

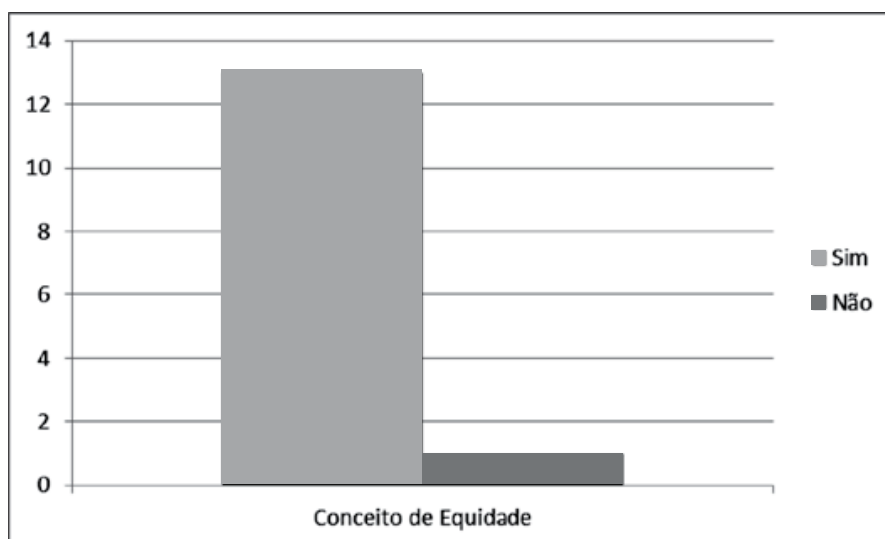


Gráfico 2 – Demonstrativo dos professores que dizem conhecer o termo equidade (Araxá, 2012).

Cruzando os resultados da questão anterior com os resultados dessa questão afirmamos que os profissionais de educação física não estão utilizando o termo equidade na formação de suas equipes de competições escolares.

Será que nas aulas de educação física escolar todo esse conhecimento adquirido na sua formação acadêmica nos seus anos de trabalho como professores de educação física, eles estão sendo justos e tratando todos igualmente sem excluir nenhum aluno “normal” ou deficiente para formar equipes?

E a participação de todos esses alunos nas aulas de educação física independente de suas habilidades, todos têm esse direito de estar ali presente participando ativamente das aulas, será que esse direito está sendo resguardado e realizado efetivamente? Não temos como responder a essa questão, mesmo porque esse não era um dos nossos objetivos, mas nos alerta para a atuação e as ações dos licenciados em educação física.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão é necessária para melhorar as condições da escola, de maneira que nela se formem gerações mais preparadas para viver a vida, sem preconceitos e sem barreiras.

A inclusão é muito importante na sociedade onde vivemos e no nosso cotidiano, pois é através da inclusão social que podemos acabar ou diminuir com o preconceito criado pela sociedade em que vivemos, as escolas regulares de ensino formal têm que se prepararem, pois a diversidade estará cada vez mais frequente nas escolas, cabe aos gestores criarem e oferecerem projetos aos alunos que transmitam pensamento positivo sobre inclusão social e sua importância para que as novas gerações não adotem mais a exclusão, mas que adote a inclusão de todos, independente de deficiência ou não, tratarmos todos os cidadãos igualmente perante a sociedade.

## Considerações Finais:

A partir dos resultados encontrados podemos considerar que os critérios escolhidos pelos professores de educação física na formação das equipes que representam suas escolas são basicamente a qualidade técnica e habilidades básicas para cada modalidade esportiva, isto é excluindo aqueles alunos que não se encaixam nesses quesitos.

Verificamos que os Professores de Educação Física participantes desse estudo conhecem o conceito de equidade, porém não o aplicam, em sua prática na seleção e formação das equipes que representam suas escolas. Portanto, entendemos que por mais que os professores tenham noção do termo equidade na hora de formar e selecionar as equipes escolares, nem todos os alunos são selecionados por meio de um processo ou procedimento igualitário.

Metade dos professores participantes desse estudo afirmou que seus alunos deficientes já participaram de eventos competitivos representando suas escolas, mesmo que esses eventos competitivos sejam internos, como gincana, jogos inter-classes e outros.

Ressaltamos ainda que os participantes desse estudo apresentaram desinteresse em oportunizar aos alunos deficientes que participem de competições, principalmente se essas competições forem específicas para esse público.

Tendo em vista os olhares de inclusão dos profissionais entrevistados podemos dizer que a escola inclusiva e a construção de uma nova sociedade, onde pode haver pequenas ou grandes transformações, dependerão da atuação efetiva de todos os envolvidos, como gestores, professores, alunos, pais, funcionários, buscando a verdadeira equidade, oportunizando e conscientizando para que o aluno deficiente e o aluno dito “normal” possam participar de competições e representar suas escolas. Esse deve ser um papel fundamental do professor de educação física, ser o líder dessa mudança de paradigma.

## Referências:

ALMEIDA, C. Equidade e Reforma Setorial na América Latina: um debate necessário. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. v. 18 (suplemento). Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 31 mar. 2012.

BENTO, J. O. **Pedagogia do esporte: definições, conceitos e orientações**. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (Orgs.). *Pedagogia do Esporte*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental - Educação Física**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental - (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais)**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.



\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Glossário temático: economia da saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BUENO, J. G. S. **A educação do deficiente auditivo no Brasil**. In: BRASIL/MEC/SEESP. Tendências e desafios da educação especial, 1994. p. 35-49.

CARDOSO, C. S. **Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada**. Educação, n. 49, p. 137-144, 2003.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CASTELLANI FILHO, L. **Classes de aceleração: uma proposta pedagógica para a educação física**. In: Política Educacional e Educação Física. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola**. Integração, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p. 27-30, 2002.

DARIDO, S.C.; et al. A educação física, a formação do cidadão e os Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v.15, n.1, p.17-32, 2001.

FREIRE, J.B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAROUSSE. **Grande dicionário Larousse Cultural da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.928p.

LOVISOLO, H. Mediação: esporte rendimento e esporte da escola. **Revista Movimento**. Porto Alegre, ano VII, n. 15, pp. 107-117. 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é ? por quê ? como fazer ?** São Paulo, Moderna, 2003 – (Coleção cotidiano escolar).

MARZINEK, A.; NETO, A. F. A Motivação de Adolescentes nas Aulas de Educação Física. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 11 – n. 105 - Fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd105/motivacao-de-adolescentes-nas-aulas-de-educacao-fisica.htm>>. Acesso em 12 abr. 2012.

MENDES, E. G. **Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?** Apostila produzida para a Mesa-Redonda do LIDE-USP / São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, V. M. de. **Consenso e conflito da educação física brasileira**. Campinas: Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 8, n. 2, p. 233-244, 2002.

Evidência, Araxá, v. 8, n. 9, p. 97-111, 2013

ROSS, P.R. **Educação e exclusão: um projeto de cidadania das pessoas com necessidades especiais.** Tese de doutoramento em Educação. USP, 2000.

SABINO, C. A. **El proceso de investigación.** Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1996.

SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C.; SOUZA, A. J. **Pedagogia da competição em esportes: da teoria à busca de uma proposta prática escolar.** Motus Corporis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 20-30, 2001.

SCAGLIA, A.; GOMES, R. M. **O jogo e a competição: investigações preliminares.** In: VENÂNCIO, S.; FREIRE, J. B. (Org.). O jogo dentro e fora da escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

UNGLERT, C. V. S. **Contribuição para o estudo da área de influência dos postos municipais de saúde da região de Santo Amaro, São Paulo.** São Paulo, 1980. [Dissertação de Mestrado-Faculdade de Saúde Pública USP].

---

**Abstract:** Competitions, are always present in our lives and the inclusion of people with disabilities in competitions is a challenge. The objectives of this study are to: analyze if the disability have opportunity to participate in games and competitions representing his school, assess the knowledge of physical education teachers on the term fairness and quantify the same participation of students with disabilities in free competitions and for the disabled. For the collection of data was used a semi-structured questionnaire applied to physical education teachers of 6° to 9° year of elementary school and working at least 1 year in the city of Araxá-MG. Statistical analysis of the responses to the questionnaire allowed to observe that teachers have knowledge about what it means the fairness, but does not seek to participate in specific competitions for the disabled and that fairness is not adopted in the formation of teams representing their schools.

**Keywords:** Competition. Fairness. Inclusion.

---

\* **Bruno Baltazar do Reis Gomes:**

\* **Cláudio Luiz Neves Júnior:**

**Currículo:** <http://lattes.cnpq.br/3318302365515234>